



MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS
Processo Legislativo

Ofício nº 004 /2013-PL

Anápolis, 01 de fevereiro de 2013.

Excelentíssimo Senhor
Vereador **Luiz Santos Lacerda**
DD. Presidente da Câmara Municipal

Senhor Presidente,

Encaminho para apreciação de Vossa Excelência e dignos pares, o incluso Projeto de Lei nº. 004 /2013 que, “**ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR N.º 289, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012**”, apresentando, para tanto, as seguintes

JUSTIFICATIVAS

O Projeto de Lei em epígrafe objetiva adequar o valor (R\$ 8.715,35) do subsídio dos ocupantes dos cargos de Nível I – Superior de Direção, isto é, Secretários, Procurador, Controlador, Chefe de Gabinete do Prefeito, Diretor do ISSA e Diretor do CMTT, ao valor (R\$ 9.288,03) consignado na Lei n.º 3.639, de 04 de setembro de 2012, a qual dispõe sobre fixação do subsídios dos agentes políticos para o período de 2013 a 2016, no Município de Anápolis.

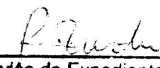
A modificação relatada acima adequa, com dito alhures, o subsídio dos Secretários ao valor estabelecido pela Lei n.º 3.639/2012, haja vista que compete a Câmara Municipal estabelecer os referidos valores, conforme determina o inciso VII, do artigo 21 da Lei Orgânica Municipal, portanto, a Lei Ordinária deve ser observada.

Em face do exposto, resta indubitável a importância da aprovação do presente projeto de lei, visando alterar o valor do subsídio constante no quadro de provimento em comissão, Nível – I – Superior de Direção – estatuído no artigo 28 da Lei Complementar 289, de 19 de dezembro de 2012, pelo que encaminho à Vossa Excelência para aprovação e dignos pares, **em caráter de urgência.**

Atenciosamente,

Antônio Roberto Ottoni Gomide
Prefeito de Anápolis

Avenida Brasil, nº 200, Setor Central, Centro Administrativo, Anápolis-GO.

PROTOCOLO Nº 010
Data 01/02/13 17:30 Horas

Setor de Expediente



MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS
Processo Legislativo

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 02, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2013

**“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI
COMPLEMENTAR N.º 289, DE 19 DE
DEZEMBRO DE 2012”**


A CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS aprovou e eu, **PREFEITO DE ANÁPOLIS**, sanciono a seguinte Lei:

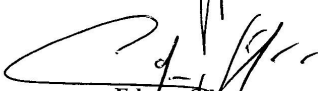
Art. 1º. Altera o quadro dos cargos de provimento em comissão, Nível – I – Superior em Direção, estatuído no art. 28 da Lei Complementar n.º 289, de 19 de dezembro de 2012, que passa a vigor com a seguinte redação:

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO			
NÍVEL	CARGO	QUANTIDADE	SUBSÍDIO
I – SUPERIOR DE DIREÇÃO	Chefe de Gabinete do Prefeito, Procurador Geral do Município, Controlador, Diretor Presidente do ISSA, Diretor Geral da CMTT e 17 (dezessete) Secretários Municipais.	22	R\$ 9.288,03

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2013.

MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS, 01 de fevereiro de 2013.


Antônio Roberto Ottoni Gomide
Prefeito de Anápolis


Edmar Silva
Procurador Geral do Município



LEI COMPLEMENTAR Nº 289, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012

**DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA
ADMINISTRAÇÃO DO PODER EXECUTIVO E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS** aprovou e eu, **PREFEITO**, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre a organização administrativa do Município de Anápolis, no que concerne ao Poder Executivo, para que possa desenvolver suas atividades finalísticas em harmonia com os princípios constitucionais que norteiam a Administração Pública.

**TÍTULO I
DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO**

Art. 2º. Ficam introduzidas as seguintes modificações na organização administrativa do Poder Executivo:

I - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura passa a denominar-se Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

II- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável passa a denominar-se Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Habitação;

III- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico passa a denominar-se Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Agricultura;

IV- Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos passa a denominar-se Secretaria Municipal de Gestão de Recursos Humanos;

V - Secretaria Municipal de Planejamento passa a denominar-se Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento;

VI- Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor passa a denominar-se Secretaria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON;

VII - São Criadas:

a) Secretaria Municipal de Governo;

b) Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda;

c) Assessoria Especial de Segurança Pública.

Art. 3º. Em decorrência do disposto no art. 2º a Administração direta passa a ser constituída dos seguintes órgãos:

I - Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito;

II - Secretaria Municipal de Governo;

III - Procuradoria-Geral do Município;

IV - Controladoria;

V - Secretaria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON;

VI - Secretaria Municipal de Assuntos Parlamentares;

IV- Diretoria Administrativa e Financeira:

- a) Gerência Administrativa;
- b) Gerência Financeira.

V - Diretoria de Engenharia de Tráfego:

- a) Gerência de Fiscalização;
- b) Gerência de Sinalização;
- c) Gerência Semafórica.

VI - Diretoria de Educação no Trânsito:

- a) Gerência de Educação no Trânsito;
- b) Gerência de Divulgação.

VII-Diretoria de Transporte:

- a) Gerência de Planejamento;
- b) Gerência Operacional.

VIII-Diretoria Jurídica.

Art. 26. O Instituto de Seguridade Social dos Servidores Públicos Municipais de Anápolis – ISSA conta com a seguinte estrutura básica:

- I - Diretor Presidente;
- II - Diretor Jurídico;
- III- Diretor Administrativo e Financeiro;
- IV- Diretor de Previdência;
- V - Diretor de Planejamento;
- VI-Chefe de Gabinete da Presidência.

Art. 27. A Pavimentadora de Anápolis S/A – PAVIANA, entidade sob o controle acionário do Município de Anápolis, possui a seguinte estrutura:

- I - Presidente;
- II - Diretor Administrativo e Financeiro;
- III- Diretor Técnico.

Parágrafo único. Os ocupantes dos cargos descritos no *caput* não serão remunerados pela PAVIANA quando os seus titulares forem remunerados pela Administração.

TÍTULO III DOS CARGOS E PADRÕES DE REMUNERAÇÃO

Art. 28. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a criar Programas, Ações, Projetos e Unidades na Administração direta, desde que compatibilizados com o quantitativo dos cargos de provimento em comissão estabelecidos na forma do quadro abaixo:

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO			
NÍVEL	CARGO	QUANTIDADE	SUBSÍDIO
I-Superior de Direção	Chefe de Gabinete do Prefeito, Procurador Geral do Município, Controlador, Diretor Presidente do ISSA, Diretor Geral da CMTT e 17 (dezessete) Secretários Municipais.	22	R\$ 8.715,35
II-Assessoramento Superior	05 Assessores Especiais; Assessor Especial de Ações Governamentais; Assessor Especial Parlamentar; Assessor Especial de Eventos e	11	R\$ 6.360,78

	Cerimonial, Assessor de Imprensa, Superintendente de Atenção e Promoção à Saúde e Assessor Especial de Segurança Pública Municipal		
III-Assessoramento Intermediário	Diretores	63	R\$ 5.088,62
IV-Assessoramento (NUPAE)	Assessor Técnico Especial	07	R\$ 4.685,84
V-Assessoramento Geral	Chefe de Gabinete, Assessor Técnico, Gerente, Sub-Prefeito, Assessor Político.	187	R\$ 2.544,32
VI- Assessoria I	Assessor Geral I	249	R\$ 1.526,58
VII- Assessoria II	Assessor Geral II	305	R\$ 954,11
VIII- Assessoria III	Assessor Geral III	390	R\$ 622,64

§1º. Os subsídios somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

§2º. Os cargos em comissão dos incisos VI, VII e VIII constituem o banco de servidores comissionados vinculados à Secretaria Municipal de Gestão de Recursos Humanos.

§3º. As nomeações dos cargos em comissão serão por decreto.

TÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29. Outras atribuições e competências das unidades administrativas criadas por esta Lei Complementar serão regulamentadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. As Secretarias elaborarão o seu regimento interno que serão homologados por decreto.

Art. 30. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à abertura de créditos de natureza especial, até o montante necessário à execução desta Lei Complementar.

§1º. Fica autorizado ao Prefeito alterar o vigente orçamento, modificando a estrutura organizacional e dos fundos e transferindo programas, ações e remanejando elementos, com as mesmas finalidades, competências e atribuições, para a Secretaria Municipal de Governo e da Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda.

§2º. Fica modificado, também no bojo do Plano Plurianual, para o período de 2010 a 2013, bem como da Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, para vigor no orçamento de 2013 e seguintes.

§3º. Ficam criadas no vigente orçamento as respectivas unidades orçamentárias da Secretaria Municipal de Governo e da Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda.

§4º. Os recursos para financiar a criação da Secretaria Municipal de Governo e da Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda são oriundos da readequação, transferência ou anulação de dotações orçamentárias correlatas.

§5º. O Chefe do Poder Executivo é autorizado a firmar convênio e/ou contrato com o IPASGO – Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Goiás, Vinculando possíveis repasses à retenção de parcela da Receitas.